deve ler-se:

«Concurso interno geral de acesso na categoria de enfermeiro especialista em saúde materna e obstétrica, da carreira de enfermagem.

Para conhecimento dos interessados e devidos efeitos, faz-se pública a lista de classificação final dos candidatos ao concurso em epígrafe, para o quadro do Hospital de D. Estefânia, devidamente homologada por deliberação do conselho de administração do Hospital de D. Estefânia de 12 de Junho de 2006, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, de 20 de Julho de 2005, e rectificado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 31 de Agosto de 2005, após ter sido cumprido o disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, e o estabelecido nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.».

13 de Setembro de 2006. — A Vogal Executiva, *Ana Cristina Andrade*.

Maternidade do Dr. Alfredo da Costa

Deliberação n.º 1404/2006

Por deliberação do conselho de administração da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa de 15 de Setembro de 2006, proferida por competência própria:

Foi Luísa da Conceição Rodrigues Grencho Cristóvão, técnica superior principal do regime geral, escalão 1, índice 510, do NSR, com nomeação definitiva do quadro de pessoal da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, promovida à categoria de assessora da carreira técnica superior do regime geral, escalão 1, índice 610, do NSR do mesmo quadro de pessoal, por aplicação do previsto no n.º 2 e na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 69, de 22 de Março de 2004, com produção de efeitos à data de publicação da presente promoção.

Foi Ana Maria Pereira Varela de Sousa, auxiliar de acção médica, escalão 5, índice 181, do NSR, com nomeação definitiva do quadro de pessoal da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, promovida à categoria de auxiliar de acção médica principal, escalão 3, índice 204, do NSR do mesmo quadro de pessoal, por aplicação do previsto no n.º 2 e na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 69, de 22 de Março de 2004, com produção de efeitos à data de publicação da presente nomeação.

21 de Setembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Margarida Moura Theias*.

Hospitais da Universidade de Coimbra

Despacho (extracto) n.º 20 553/2006

Por despacho do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra de 19 de Setembro de 2006, foi nomeada Maria Isabel Ferreira Quaresma na categoria de tesoureiro do quadro de pessoal destes Hospitais. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Setembro de 2006. — A Directora da Área de Recursos Humanos, *Maria Helena Silva André Reis Marques*.

Hospital Central e Especializado de Crianças Maria Pia

Rectificação n.º 1475/2006

Por ter saído inexacta a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 8 de Agosto de 2006, a p. 14 306, a deliberação n.º 1102/2006, rectifica-se que onde se lê:

«Por deliberação do conselho de administração de 12 de Maio de 2006, foram autorizados os pedidos de equiparação a bolseiro fora do País, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto, às seguintes internas:

[...]

Telma Alexandra da Fonseca Pereira Barbosa, interna do internato complementar de psiquiatria da infância e da adolescência — no período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 2006.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)»

deve ler-se:

«Por deliberação do conselho de administração de 12 de Maio de 2006, foram autorizados os pedidos de equiparação a bolseiro

fora do País, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto, às seguintes internas:

[...]

Telma Alexandra da Fonseca Pereira Barbosa, interna do internato complementar de pediatria médica — no período de 1 de Outubro de 2006 a 31 de Março de 2007.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)»

20 de Setembro de 2006. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *António Augusto Paul*.

Hospital Distrital de Faro

Aviso n.º 10 991/2006

Concurso interno geral de acesso à categoria de enfermeiro-supervisor, nível 3, da carreira de enfermagem

1 — Torna-se público que, por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 9 de Agosto de 2006 se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso em *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de três lugares vagos na categoria de enfermeiro-supervisor, nível 3, do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Faro, aprovado pela Portaria n.º 1048/2000, de 30 de Outubro.

2 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 442/91, de 14 de Novembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril.

3 — Validade — o concurso é válido para as vagas postas a concurso, esgotando-se com o preenchimento das mesmas.

4 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar são as constantes no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

5 — Local de trabalho — nas instalações adstritas ao Hospital Distrital de Faro.

6 — Vencimento e outras condições de trabalho — o vencimento é o correspondente ao escalão e índice fixados de acordo com a tabela salarial constante no anexo do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, para a categoria de enfermeiro-supervisor e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — são requisitos gerais de admissão a concurso os enumerados no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

7.2 — Requisitos especiais — são requisitos especiais os constantes no n.º 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, ou seja, ser enfermeiro-chefe ou enfermeiro especialista, com pelo menos três anos na respectiva categoria, ou no conjunto das duas categorias, com avaliação de desempenho de *Satisfaz*, e possuir, pelo menos, uma das seguintes habilitações:

- Curso de estudos superiores especializados em Enfermagem;
- Curso de administração dos Serviços de Enfermagem ou secção de Administração do curso de Enfermagem Complementar;
- Curso no âmbito da gestão que confira, só por si, pelo menos, o grau académico de licenciado, iniciado até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro;
- Curso de especialização em Enfermagem estruturado nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 178/85, de 23 de Maio, desde que o titular seja detentor de equivalência ao diploma de estudos superiores especializados em Enfermagem.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar no presente concurso são:

$$CF = \frac{AC + PPDC}{2}$$

em que:

- CF — classificação final;
AC — avaliação curricular;
PPDC — prova pública de discussão curricular;

sendo que:

$$AC = \frac{(HA \times 2) + (EP \times 6) + (FP \times 6) + (OER \times 6) + (AGC \times 1)}{20}$$

em que:

- HA — habilitações académicas;
EP — experiência profissional;

FP — formação profissional;
 OER — outros elementos relevantes;
 AGC — apreciação global do currículo;

Pontuação

e que:

$$PPDC=EC+DC$$

em que:

EC — exposição do candidato;
 DC — discussão curricular.

Avaliação curricular — só serão consideradas as actividades/formação comprovadas com documento idóneo:

	Pontuação		Pontuação
1 — Habilitações académicas (HA) — peso 2:		3.2 — Como formando (máximo 5 pontos) — quando os documentos comprovativos da formação omitirem o número de horas serão consideradas, para efeitos de avaliação curricular, seis horas por dia de formação ou duas horas por sessão, sendo considerada apenas a formação realizada após 1 de Janeiro de 2001:	
1.1 — Bacharelato ou equivalente	16	3.2.1 — Acções de formação assistidas, organizadas por estrutura de formação idónea/formação em serviço (máximo 3 pontos)	0,02/cada hora.
1.2 — Licenciatura ou equivalente	18	3.2.2 — Acções de formação assistidas, organizadas por outras entidades ou organismos (máximo 2 pontos)	0,01/cada hora.
1.3 — Mestrado	19	3.3 — Estágios e ou visitas de estudo com interesse para a actividade profissional (máximo 1 ponto)	0,1/cada dia de estágio/0,1/cada visita estudo.
1.4 — Doutoramento	20	3.4 — Como formador (máximo 6 pontos):	
Subtotal	20	3.4.1 — Formador em acções organizadas por estrutura de formação idónea (máximo 1,5 pontos)	0,1/cada hora como formador.
2 — Experiência profissional (EP) — peso 6:		3.4.2 — Formador em acções de formação em serviço (máximo 1,5 pontos)	0,1/cada hora como formador.
2.1 — Categoria profissional (máximo 4 pontos):		3.4.3 — Prelector em congressos, jornadas, palestras, colóquios, seminários e outros da mesma natureza (máximo 1 ponto)	0,25/cada participação.
2.1.1 — Enfermeiro/enfermeiro graduado	0,05/cada ano de serviço.	3.4.4 — Aulas em escolas superiores de enfermagem fora do exercício regular da docência (máximo 1 ponto)	0,25/cada sessão.
2.1.2 — Enfermeiro especialista	0,25/cada ano de serviço.	3.4.5 — Colaboração com escolas superiores de enfermagem na orientação de alunos em ensino clínico (máximo 1 ponto)	0,25/cada ciclo de ensino clínico.
2.1.3 — Enfermeiro-chefe	0,5/cada ano de serviço.	3.5 — Como organizador de formação (máximo 6 pontos):	
2.1.4 — Enfermeiro-supervisor	0,75/cada ano de serviço.	3.5.1 — Responsável pela formação em serviço (máximo 2 pontos)	1/cada período de três anos.
2.2 — Resultante do conteúdo funcional (máximo 6 pontos):		3.5.2 — Organização de acções de formação em serviço ou de âmbito institucional não sendo o responsável pela formação em serviço (máximo 2 pontos)	0,25/cada organização.
2.2.1 — Exercício de funções de chefia/coordenação de serviços com equipa de enfermagem	0,5/cada ano.	3.5.3 — Participação em comissões organizadoras de congressos, jornadas e outros da mesma natureza (máximo 2 pontos)	0,5/cada participação.
2.2.2 — Exercício de funções de supervisão de áreas departamentais	0,5/cada ano.	Subtotal	20
2.2.3 — Exercício de funções de coordenação de serviços/unidades a que não esteja atribuída equipa de enfermagem	0,25/cada ano.	4 — Outros elementos relevantes (OER) — peso 5:	
2.3 — Elaboração de trabalhos/normas/protocolos, implementação de metodologias de trabalho ou instrumentos de gestão de pessoal/cuidados, em uso no serviço, orientados para garantir e elevar o nível de cuidados de enfermagem, realizados fora de contexto académico (máximo 2 pontos)	0,25/cada trabalho e ou implementação.	4.1 — Nomeação para cargo de direcção ou assessoria no âmbito da gestão em enfermagem, a nível institucional, regional ou nacional (máximo 2 pontos)	1/cada nomeação.
2.4 — Participação em júris de concurso de pessoal (máximo 2 pontos):		4.2 — Nomeação para grupos de trabalho de nível regional ou nacional (máximo 2 pontos)	1/cada nomeação.
2.4.1 — Como presidente	0,5/cada participação.	4.3 — Nomeação como instrutor de processo disciplinar, de averiguações ou de inquérito (máximo 2 pontos)	0,5/cada nomeação.
2.4.2 — Como membro efectivo	0,25/cada participação.	4.4 — Planeamento, organização e ou abertura de serviços/unidades de cuidados (máximo 2 pontos)	1/cada serviço/unidade.
2.4.3 — Como membro suplente	0,1/cada participação.	4.5 — Realização de trabalho de investigação em equipa fora do âmbito académico (máximo 2 pontos)	1/cada trabalho.
2.5 — Participação em júris de concurso ou comissões de escolha de material e ou equipamento (máximo 2 pontos):		4.6 — Realização de trabalho de investigação no âmbito da prestação de cuidados e ou gestão de enfermagem como único investigador fora do âmbito académico (máximo 3 pontos)	1,5/cada trabalho.
2.5.1 — Como presidente	0,5/cada participação.	4.7 — Publicação de trabalhos na área de enfermagem/apresentação de pósteres com interesse para a profissão (máximo 3 pontos)	0,5/trabalho publicado/0,25/póster apresentado.
2.5.2 — Como membro efectivo	0,25/cada participação.		
2.5.3 — Como membro suplente	0,1/cada participação.		
2.6 — Participação em comissões permanentes a nível institucional com permanência de pelo menos um ano (máximo 2 pontos)	0,5/cada comissão.		
2.7 — Participação em grupos de trabalho com missão específica e ou equipas de melhoria contínua (máximo 2 pontos)	0,5/cada participação.		
Subtotal	20		
3 — Formação profissional (FP) — peso 6:			
3.1 — Outra formação específica na área da enfermagem e ou gestão (máximo 2 pontos):			
3.1.1 — Curso de administração dos serviços de Enfermagem ou a secção de administração do Curso de Enfermagem Complementar	1/cada curso.		
3.1.2 — Curso de pós-graduação	1/cada curso.		

	Pontuação
4.8 — Colaboração com instituições de ensino que não sejam de enfermagem (máximo 2 pontos)	0,5/cada ciclo de actividade pedagógica.
4.9 — Fazer parte de órgãos sociais de sociedades científicas e ou associações profissionais (máximo 2 pontos)	1/cada participação.
Subtotal	20
5 — Apreciação global do currículo (AGC) — peso 1:	
5.1 — Apresentação do currículo de acordo com regras de elaboração de trabalhos escritos (máximo 4 pontos):	
5.1.1 — Currículo excelentemente apresentado sem qualquer incoerência na utilização de regras de elaboração de trabalhos escritos	4
5.1.2 — Currículo muito bem apresentado sem incoerências significativas na utilização de regras de elaboração de trabalhos escritos	3
5.1.3 — Currículo bem apresentado com algumas incoerências na utilização de regras de elaboração de trabalhos escritos	2
5.1.4 — Currículo mal apresentado com muitas incoerências na utilização de regras de elaboração de trabalhos escritos	1
5.2 — Correção ortográfica e semântica (máximo 4 pontos):	
5.2.1 — Excelente utilização da língua portuguesa com total correção ortográfica e semântica	4
5.2.2 — Muito boa utilização da língua portuguesa sem incorreções significativas ao nível da ortografia e da semântica	3
5.2.3 — Boa utilização da língua portuguesa com algumas incorreções ao nível da ortografia e da semântica	2
5.2.4 — Má utilização da língua portuguesa com muitas incorreções ao nível da ortografia e da semântica	1
5.3 — Utilização de terminologia técnica (máximo 4 pontos):	
5.3.1 — Excelente utilização de terminologia técnica quer relativa à enfermagem quer relativa à gestão	4
5.3.2 — Muito boa utilização de terminologia técnica sem imprecisões significativas quer em relação à enfermagem quer em relação à gestão	3
5.3.3 Boa utilização de terminologia técnica com algumas imprecisões relativas à enfermagem e ou à gestão	2
5.3.4 — Má utilização de terminologia técnica com muitas imprecisões relativas à enfermagem e ou à gestão	1
5.4 — Coerência, clareza e concisão do discurso (máximo 4 pontos):	
5.4.1 — Discurso sequencial excelentemente coerente, claro e conciso	4
5.4.2 — Discurso sequencial muito bom sem oscilações significativas em termos de coerência, clareza e concisão	3
5.4.3 — Discurso sequencial bom com algumas oscilações quanto à coerência, à clareza e à concisão	2
5.4.4 — Discurso sequencial mau com muitas oscilações em termos de coerência, clareza e concisão	1
5.5 — Congruência e pertinência dos projectos futuros (máximo 4 pontos):	
5.5.1 — Excelente congruência e pertinência quanto aos projectos futuros apresentados quer relativamente ao trajecto profissional percorrido quer aos objectivos por si traçados	4
5.5.2 — Muito boa congruência e pertinência quanto aos projectos futuros apresentados sem desajustamentos significativos quer quanto ao trajecto profissional percorrido quer aos objectivos por si traçados	3

5.5.3 — Boa congruência e pertinência quanto aos projectos futuros apresentados com alguns desajustamentos quanto ao trajecto profissional percorrido e ou aos objectivos por si traçados	2
5.5.4 — Má congruência e pertinência quanto aos projectos futuros apresentados com muitos desajustamentos quanto ao trajecto profissional percorrido e ou aos objectivos por si traçados	1
Subtotal	20

Prova pública de discussão curricular:

	Pontuação
1 — Exposição do candidato (EC) — máximo 4 pontos	
1.1 — Convicção/segurança/ comunicação (clareza, dicção)	0 a 1
1.2 — Linguagem técnica e científica	0 a 1
1.3 — Criatividade/ inovação	0 a 1
1.4 — Correção de falhas/erros do currículo	0 a 0,5
1.5 — Gestão do tempo	0 a 0,5
2 — Discussão curricular (DC) — máximo 16 pontos:	
2.1 — Responde directamente às perguntas colocadas de forma clara, objectiva, adequada e completa:	
2.1.1 — Sempre	4
2.1.2 — Quase sempre	3
2.1.3 — Muitas vezes	2
2.1.4 — Poucas vezes	1
2.1.5 — Nunca	0
2.2 — Demonstra possuir conhecimentos técnico-científicos relacionados com a categoria a que se candidata, integrando-os na resposta às perguntas colocadas:	
2.2.1 — Sempre	4
2.2.2 — Quase sempre	3
2.2.3 — Muitas vezes	2
2.2.4 — Poucas vezes	1
2.2.5 — Nunca	0
2.3 — Demonstra capacidade de argumentação de forma:	
2.3.1 — Excelente	4
2.3.2 — Muito boa	3
2.3.3 — Boa	2
2.3.4 — Suficiente	1
2.3.5 — Insuficiente	0
2.4 — Demonstra convicção/segurança no discurso de forma:	
2.4.1 — Excelente	4
2.4.2 — Muito boa	3
2.4.3 — Boa	2
2.4.4 — Suficiente	1
2.4.5 — Insuficiente	0
Subtotal	20

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital Distrital de Faro e entregue no Serviço de Pessoal, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ainda ser enviado pelo correio, com aviso de recepção.

9.2 — Do requerimento deve constar:

a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de cédula profissional, residência e telefone;

b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o requerente pertence;

c) Identificação do Concurso a que se candidata, fazendo referência ao *Diário da República* onde este aviso vem anunciado;

d) Identificação dos documentos que instruem o requerimento;

e) Habilitações académicas e profissionais;

f) Morada para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso;

g) Quaisquer outros elementos que os candidatos reputem de importantes e que sejam susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito.

9.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Documentos comprovativos dos requisitos especiais;
- b) Declaração, passada pela instituição a que pertence, da qual conste, de forma clara e inequívoca, a existência de vínculo à função pública, bem como a sua natureza e antiguidade na categoria de enfermeiro, na carreira de enfermagem, na função pública, em anos, meses e dias, bem como a avaliação de desempenho profissional atribuída no último triénio;
- c) Três exemplares do *curriculum vitae* elaborado segundo as normas internacionais de apresentação de trabalhos.

10 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

11 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

12 — Constituição do júri:

Presidente — Inácio António Casaca Neves, enfermeiro-supervisor do Hospital José Joaquim Fernandes — Beja no exercício do cargo de enfermeiro-director no Hospital do Litoral Alentejano.

Vogais efectivos:

Maria Salomé Pedras, enfermeira-supervisora no exercício do cargo de enfermeira-directora do Hospital Santa Luzia — Elvas.

Amélia Maria Brito Gracias, enfermeira-supervisora do Hospital do Barlavento Algarvio.

Vogais suplentes:

José Manuel Cruz Brás, enfermeiro-supervisor do Hospital Distrital de Faro.

Maria de Fátima Romão Freitas Sousa, enfermeira-supervisora do Hospital Distrital de Faro.

12.1 — O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

6 de Setembro de 2006. — A Chefe de Repartição de Recursos Humanos, *Maria Noémia R. Sequeira Santos*.

Hospital do Espírito Santo — Évora

Deliberação (extracto) n.º 1405/2006

Por despacho de 10 de Julho da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, foram autorizadas as segundas prorrogações dos contratos administrativos de provimento ao Dr. José Carlos de Oliveira Travassos e à Dr.ª Lina Maria Pacheco dos Santos Rosário, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006 e 1 de Abril de 2006, respectivamente. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Setembro de 2006. — O Administrador Hospitalar, *José Hermano Bravo Cosinha*.

Deliberação (extracto) n.º 1406/2006

Por deliberação de 6 de Setembro de 2006 do conselho de administração do Hospital do Espírito Santo — Évora, foi autorizado ao Dr. José Eduardo Paiva Ferreira, assistente graduado de ortopedia do quadro de pessoal deste Hospital, praticar o regime de trabalho de dedicação exclusiva, quarenta e duas horas, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Setembro de 2006. — O Administrador Hospitalar, *José Hermano Bravo Cosinha*.

Deliberação (extracto) n.º 1407/2006

Por deliberação de 6 de Setembro de 2006 do conselho de administração do Hospital do Espírito Santo — Évora, Ana Paula Gomes Lopes de Andrade Gusmão, Maria Fernanda Diogo Alves Henriques e Ana Maria Rosa Velez Novado, técnicas de 1.ª classe, área de análises clínicas e de saúde pública da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, foram nomeadas para a categoria de técnicas principais, da mesma carreira e área funcional do quadro de pessoal deste Hospital, na sequência de concurso interno de acesso limitado,

e após confirmação de cabimento orçamental, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, ficando exoneradas da anterior categoria à data da tomada de aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Setembro de 2006. — O Administrador Hospitalar, *José Hermano Bravo Cosinha*.

Deliberação (extracto) n.º 1408/2006

Por deliberação de 6 de Setembro de 2006 do conselho de administração do Hospital do Espírito Santo — Évora, João Pedro Lages Nico Rego e Maria Teresa Ravasco Baião Francisco, técnicos de 2.ª classe, área de análises clínicas e de saúde pública da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, foram nomeados para a categoria de técnicos de 1.ª classe, da mesma carreira e área funcional do quadro de pessoal deste Hospital, na sequência de concurso interno de acesso limitado, e após confirmação de cabimento orçamental, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, ficando exonerados da anterior categoria à data da tomada de aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Setembro de 2006. — O Administrador Hospitalar, *José Hermano Bravo Cosinha*.

Hospital de Júlio de Matos

Despacho (extracto) n.º 20 554/2006

Por despachos de 22 de Maio e de 13 de Setembro dos conselhos de administração do Hospital de D. Estefânia e do Hospital de Júlio de Matos, respectivamente, foi autorizada a renovação da acumulação de funções, doze horas semanais, neste Hospital, a Ana Maria da Silva Almeida, do quadro de pessoal do Hospital de D. Estefânia, com efeitos a 15 de Julho de 2006.

Por despachos de 13 de Julho e de 13 de Setembro de 2006 dos conselhos de administração do Hospital de D. Estefânia e do Hospital de Júlio de Matos, respectivamente, foi autorizada a renovação da acumulação de funções, dezanove horas semanais, neste Hospital, a Ana Rita Simões, do quadro de pessoal do Hospital de D. Estefânia, com efeitos a 26 de Agosto de 2006.

Por despachos de 25 de Agosto de 2006 do comandante da Formação Int. da Guarda Nacional Republicana e de 13 de Setembro de 2006 do conselho de administração do Hospital de Júlio de Matos, foi autorizada a renovação da acumulação de funções, dezanove horas semanais, neste Hospital, a Vasco Vaz Gomes Pereira, do quadro de pessoal da Guarda Nacional Republicana, com efeitos a 21 de Setembro de 2006.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Setembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria Armanda Miranda*.

Maternidade de Júlio Dinis

Aviso (extracto) n.º 10 992/2006

Por despacho do conselho de administração de 14 de Setembro de 2006, foi nomeada Andreia Cristina Barbedo Reis na categoria de técnica de 1.ª classe de análises clínicas e de saúde pública, precedendo concurso, para o quadro de pessoal desta Maternidade, com efeitos a 1 de Outubro de 2006.

25 de Setembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria Deolinda Magalhães Alves*.

Aviso (extracto) n.º 10 993/2006

Para conhecimento e em conformidade com o disposto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, torna-se pública a lista de classificação final, devidamente homologada por despacho do conselho de administração de 14 de Setembro de 2006, do concurso interno geral de acesso para a categoria de enfermeiro especialista para a área médico-cirúrgica, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, de 31 de Março de 2006:

Sandra Maria Carvalho Maia — 17,41 valores.

26 de Setembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria Deolinda Magalhães Alves*.